dentro da colónia», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1951.

Ministério do Ultramar, 25 de Junho de 1952.— O Subsecretário de Estado do Ultramar, António Trigo de Morais.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe e de Angola.— *Trigo de Morais.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 38:801

As necessidades da guerra de 1914 e a gravidade dos problemas de produção e de intercâmbio por ela suscitados imprimiram às questões de normalização o carácter de excepcional relevância que hoje têm, sobretudo no domínio da ciência, da técnica e da produção agrícola e industrial.

As preocupações de normalização passaram assim, num período relativamente curto, da fase de simples actividades culturais para o campo das realizações práticas e da própria cooperação internacional.

E não admira que assim tenha sucedido, pois que, visando a normalização a simplificar, unificar e especificar, se evitam através dela os prejuízos e desperdícios resultantes da multiplicidade de tipos e formatos e se obtém não só a definição de padrões de qualidade, mas ainda o aproveitamento mais útil das máquinas e matérias-primas e um melhor rendimento dos processos de fabrico.

País de limitados recursos e forçado a dura concorrência nos mercados externos, não pode Portugal ficar indiferente ao movimento geral no sentido da normalização, pelo menos de alguns dos produtos agrícolas e industriais destinados à exportação.

Por estas razões, já em 1948 o Governo, ao reorganizar a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, pelo Decreto-Lei n.º 36:935, de 24 de Junho de 1948, criou neste organismo uma repartição e um conselho especialmente dedicados às questões de normalização.

Decorridos quatro anos sobre essa reforma, experimentada a orgânica e os seus processos de trabalho, homologadas as primeiras normas oficiais e estando em curso diplomas legais da maior importância, ligados ao condicionamento industrial, julga-se chegada a oportunidade de dar corpo às disposições regulamentares por que há-de vir a reger-se a normalização portuguesa.

Procura-se com elas dotar a Nação de mais um instrumento de progresso e de aperfeiçoamento da produção industrial e agrícola e da sua valorização nos mercados internacionais.

Como não podia deixar de ser, estabelece-se o princípio, geralmente aceite, de ser o Estado o orientador final destas questões, competindo-lhe definir a oportunidade da adopção de normas e o carácter obrigatório ou facultativo a atribuir-lhes.

Pretende-se, no entanto, que as actividades privadas tomem também, como primeiras beneficiárias da normalização, a sua quota-parte de responsabilidades e obrigações.

Daí a ideia de se criar o Centro de Normalização, em que estará representado não só o Estado, mas a organização corporativa, as Universidades e demais colectividades ou organizações científicas, económicas ou culturais que pelo assunto se interessem.

O Centro deverá tornar-se assim, com o tempo, o verdadeiro fulcro à volta do qual gravite toda a futura normalização portuguesa.

Aproveita-se a oportunidade para alargar a constituição do Conselho de Normalização, a fim de dar representação adequada a todos os Ministérios cuja colaboração se torna indispensável assegurar.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Compete à Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, por intermédio da Repartição da Normalização, centralizar a orientação de toda a actividade relativa à normalização.

Art. 2.º Além da Repartição de Normalização, a Inspeção tem, como órgãos de consulta e estudo, o Conselho e o Centro de Normalização.

Art. 3.º A iniciativa dos estudos de normalização compete à Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais e aos sectores ou actividades a que tais estudos respeitem, ficando em regra os respectivos trabalhos a cargo de comissões técnicas, nomeadas pelo inspector-geral, com representação dos interesses profissionais ligados ao assunto.

Art. 4.º Efectuado o estudo de uma norma, será o mesmo, com o respectivo relatório, presente ao Conselho de Normalização, que, depois de o apreciar e aprovar, mandará proceder a inquérito público durante sessenta dias.

Art. 5.º O inquérito a que se refere o artigo anterior iniciar-se-á pela publicação da norma no *Boletim de Normalização*, editado pela Inspeção-Geral, sendo a publicação anunciada, pelo menos, em dois jornais de grande circulação de Lisboa e Porto.

Terminado o prazo fixado pelo artigo antecedente serão as reclamações, ou sugestões, estudadas pelas entidades que propuseram a norma e enviadas, com o respectivo relatório, ao Conselho de Normalização, para emitir o seu parecer.

Art. 6.º Quando a norma inclua doutrina da competência de qualquer organismo técnico ou científico especializado, enviar-se-á a esse organismo, no final do prazo do inquérito, a norma e todas as objecções que lhe tiverem sido feitas. O parecer desses organismos deverá ser emitido, salvo casos especiais, no prazo de trinta dias e acompanhará o relatório a que se refere o artigo anterior.

Art. 7.º O parecer do Conselho de Normalização a que se refere a última parte do artigo 5.º será presente à apreciação do Ministro da Economia e, uma vez homologado, considerar-se-á a norma aprovada provisoriamente. Decorrido um ano sobre esta aprovação poderá a norma ser declarada definitiva.

Art. 8.º As normas definitivas são facultativas ou obrigatórias. A aprovação das normas facultativas far-se-á por portaria e a das obrigatórias por decreto assinado pelo Ministro da Economia e pelos Ministros dos sectores a que as mesmas respeitem.

§ único. Salvo caso de interesse público imediato, as normas só podem tornar-se obrigatórias decorrido um ano sobre a sua aprovação como facultativas.

Art. 9.º A revisão das normas definitivas deve ser feita, obrigatoriamente, decorridos que sejam cinco anos sobre o último despacho de homologação, podendo este prazo ser reduzido para três anos, por proposta da comissão técnica competente ou resolução do Conselho de Normalização. A revisão deve ser anunciada e seguida de inquérito público durante o prazo de sessenta dias, findo o qual, sob parecer do Conselho de Normalização, será submetida à homologação do Governo, seguindo-se os trâmites mencionados no artigo 8.º

§ único. Durante o prazo da revisão a que se refere o corpo deste artigo as normas mantêm-se em vigor nos termos em que tiverem sido estabelecidas.

Art. 10.º As normas só podem ser suspensas ou anuladas por diploma legislativo da mesma força do que as aprovou.

Art. 11.º É expressamente proibida a publicação, por quaisquer organismos oficiais ou particulares, de normas que não tenham sido previamente aprovadas de acordo com o presente diploma, mesmo que seja diversa a sua nomenclatura.

Art. 12.º A Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais pode autorizar para todos os artigos que satisfaçam às normas aprovadas o uso de uma marca nacional indicativa da conformidade com essas normas, a qual será regulamentada nos termos do artigo 14.º

§ 1.º O uso desta marca por entidades não autorizadas ou em artigos que não satisfaçam às condições impostas pelas normas determina a aplicação das penalidades previstas no Código da Propriedade Industrial, agravadas, em caso de reincidência, para o máximo da pena e apreensão dos respectivos produtos a favor do Centro de Normalização.

§ 2.º A apreensão prevista no parágrafo anterior é independente do julgamento das infracções e do despacho do inspector-geral que a ordene cabe recurso para o Ministro da Economia. Este recurso deverá ser interposto no prazo de vinte dias após a competente notificação.

Art. 13.º Os industriais e os comerciantes autorizados a usar a marca nacional de conformidade com as normas podem mencioná-lo na sua correspondência e nos seus catálogos, mas neste caso as referências sobre os produtos normalizados constarão sempre de folhas separadas.

§ único. A infracção ao disposto na última parte do corpo deste artigo é punida com a apreensão dos catálogos e a multa de 1.000\$ a 5.000\$, que reverterá a favor do Centro de Normalização. A multa será aplicada por despacho do inspector-geral, com recurso para o Ministro da Economia, quando interposto dentro de vinte dias.

Art. 14.º O Ministro da Economia publicará, por portaria, no prazo de cento e oitenta dias, o regulamento da marca nacional de conformidade com as normas.

Art. 15.º O Conselho de Normalização tem a composição mencionada no artigo 19.º do Decreto n.º 36:935, acrescida dos seguintes vogais, que serão nomeados pelo Ministro da Economia, ouvidos os Ministros respectivos:

- a) Um representante da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas;
- b) Um representante da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres;
- c) Um representante do Ministério do Exército;
- d) Um representante do Ministério da Marinha.

Art. 16.º É criado o Centro de Normalização, cujo funcionamento e atribuições são as que constam do presente decreto-lei.

Art. 17.º O Centro de Normalização constitui um organismo com personalidade jurídica e administração autónoma e funciona junto da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, competindo-lhe:

- 1.º Fornecer às comissões técnicas a que se refere o artigo 3.º os meios necessários à execução dos seus trabalhos;
- 2.º Subsidiar ou custear a publicação do *Boletim de Normalização*;
- 3.º Subsidiar ou custear a publicação de normas e quaisquer estudos, trabalhos, investigações, congressos ou participações em congressos ligados a problemas de normalização;
- 4.º Auxiliar a aquisição de bibliografia e equipamento laboratorial que se torne indispensável

à Inspeção-Geral para efectuar os estudos de normalização de que necessite.

Art. 18.º As receitas do Centro de Normalização serão constituídas pelas verbas provenientes de:

- a) Participações do Estado;
- b) Participações ou contribuições de industriais e comerciantes, voluntárias ou devidas pelo uso da marca nacional a que se refere o artigo 12.º;
- c) Participações de instituições e organismos, corporativos ou não, de carácter científico, industrial, comercial ou agrícola;
- d) Multas e valor das apreensões a que se referem o § 1.º do artigo 12.º e o § único do artigo 13.º;
- e) Quotizações anuais dos aderentes do Centro de Normalização;
- f) Venda do *Boletim de Normalização* e das normas, quando a sua edição for exclusivamente paga pela assinatura e pela venda;
- g) Percentagens atribuídas pelos organismos estrangeiros de normalização pela venda das suas publicações e por outros serviços prestados;
- h) Quaisquer participações que sejam consignadas ao Centro, designadamente pelos Fundos de Fomento Industrial e de Exportação;
- i) Saldo das contas dos anos anteriores.

§ 1.º Para os efeitos da alínea e) consideram-se aderentes do Centro de Normalização as entidades singulares ou colectivas de qualquer nacionalidade que subcrevem anualmente a quota mínima de 500\$.

§ 2.º Os aderentes do Centro de Normalização têm o direito de receber um exemplar de cada uma das publicações custeadas ou subsidiadas pelo Centro de Normalização e também um exemplar das normas definitivas editadas pela Inspeção-Geral.

Art. 19.º O Centro de Normalização será dirigido por uma comissão administrativa presidida pelo inspector-geral dos Produtos Agrícolas e Industriais e tendo como vogais os representantes das entidades a que se referem as alíneas b) e c) do artigo anterior. O número de vogais não será superior a seis, sendo dois, pelo menos, representantes dos organismos mencionados na alínea c). Os vogais são nomeados pelo Ministro da Economia, sob proposta do inspector-geral, e servem durante três anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 20.º O Centro de Normalização organizará todos os anos, até 30 de Novembro, o seu orçamento para o ano seguinte, devendo este e a comparticipação do Estado ser previamente aprovados pelos Ministros das Finanças e da Economia.

Art. 21.º Os saldos das contas do Centro de Normalização que se apurarem em cada ano transitarão para o ano seguinte, como receita, nos termos da alínea i) do artigo 18.º

Art. 22.º O presidente e os vogais da comissão administrativa do Centro de Normalização exercerão estes lugares gratuitamente, mas terão direito ao pagamento das despesas de transporte, deslocação e de representação que o exercício destes cargos exigirem.

Art. 23.º A comissão administrativa do Centro de Normalização apresentará, até 31 de Março de cada ano, o relatório e contas de gerência relativos ao ano anterior, que sujeitará ao visto do Ministro da Economia e em seguida à apreciação do Tribunal de Contas.

Art. 24.º A Repartição de Normalização da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, além da competência atribuída nos artigos 25.º e 26.º, incumbe a publicação, venda e distribuição do *Boletim de Nor-*

malização e das normas portuguesas, bem como a venda das normas estrangeiras.

Art. 25.º A Repartição de Normalização compete proceder não só aos estudos de normalização, como também aos dos métodos de organização científica do trabalho.

§ único. As relações com os organismos internacionais congêneres serão mantidas exclusivamente através da Repartição.

Art. 26.º A Repartição de Normalização é remodelada, passando os serviços que lhe competem a ser desempenhados por uma Secção de Expediente (1.ª Secção), uma Secção de Documentação (2.ª Secção) e dois Gabinetes de Estudos: o de Normalização e o de Organização Científica do Trabalho.

§ 1.º A 1.ª Secção terá a seu cargo o expediente da Repartição e a parte administrativa da impressão, propaganda e venda de normas e da publicação do *Boletim de Normalização*.

§ 2.º A 2.ª Secção competirá:

- a) O inventário e arquivo da documentação que interessa à normalização e organização científica do trabalho;
- b) A divulgação dos trabalhos nacionais e estrangeiros sobre os referidos assuntos;
- c) A ligação com os organismos que se ocupem dos problemas de documentação, em especial com a Federação Internacional de Documentação, através do seu representante em Portugal.

§ 3.º Ao Gabinete de Estudos de Normalização competirá:

- a) Submeter à apreciação do Conselho de Normalização as normas que forem estudadas pela Repartição [e as que, de acordo com o disposto no artigo 4.º, forem apresentadas ao mesmo Conselho];

- b) Verificar se as normas a promulgar estão em contradição com outras já aprovadas e bem assim promover a actualização destas;
- c) Publicar o *Boletim de Normalização*;
- d) Assegurar a ligação com a International Organization for Standardization (ISO), organismos estrangeiros e comissões técnicas de normalização.

§ 4.º O Gabinete de Estudos de Organização Científica do Trabalho tem a seu cargo o estudo, divulgação e aplicação dos princípios da organização científica do trabalho e a ligação com os organismos estrangeiros congêneres.

§ 5.º Os serviços a que se refere este artigo serão assegurados pelo pessoal do quadro existente.

Art. 27.º Transitòriamente e até que o Centro de Normalização possa custear a publicação do *Boletim de Normalização*, a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais suportará os encargos com a sua edição pela verba de «Publicidade e propaganda» na parte em que a receita proveniente das assinaturas não cobrir a despesa efectuada.

Art. 28.º Ficam revogados os artigos 8.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 36:935, de 24 de Junho de 1948.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Águedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranchedes Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.